

V SIANCO



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE COGNITIVA 15 a 19 de setembro de 2025

Temática: O campo multirreferencial da Análise Cognitiva: Tendências e desafios na atuação profissional

Organização **Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento**



Apoio



Financiamento



EIXO TEMÁTICO: Cultura e interseccionalidade

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INTERSECCIONALIDADES: saberes imprescindíveis à práx docente

Joilson Batista de São Pedro¹

Silvar Ferreira Ribeiro²

Denise Maria Souza Santana³

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o seu desdobramento na Lei nº 9.394/1996, reconhecemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, considerada ainda recente, mas como tal, constitui-se como garantia de direito, inclusão, justiça social e ressignificação de trajetórias de sujeitos.

¹ Pedagogo, Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Especialista em Gestão e Coordenação, Leitura e Produção Textual Aplicadas à Educação de Jovens e Adultos, Ensino da História e Cultura Afro-brasileira. Professor da Educação Básica (Cairu-BA) e Superior (FAZAG), Doutorando no Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UNEB/UFBA/LNCC/UEFS/IFBA/SENAI). didazen@hotmail.com

² Pós-Doutorado pela Open University - Reino Unido - Knowledge Media Institute (KMi-OU), (2016/2017). Doutor em Difusão do Conhecimento(UFBA/UNEB/UEFS/LNCC/IFBA/SENAI/UFABC). Mestre em Engenharia de Produção da Linha de Pesquisa Mídia e Conhecimento. Especialista em Psicopedagogia e em Metodologia do Ensino Superior. Graduado em Pedagogia. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-UNEB), Campus XIX. Professor Permanente do Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UNEB/UFBA/LNCC/UEFS/IFBA/SENAI). sfr@uneb.br

³ Doutoranda em Difusão do Conhecimento - PPGDC (UNEB, UFBA, IFBA, UEFS, LNCC, CIMATEC, UEMG). Mestre em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA - (UNEB). Professora – SEC-BA. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas: Fundamentos e Metodologia pela Faculdade São Tomaz de Aquino. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional – CPEDR-UNEB. denisantana@gmail.com

No entanto, historicamente, os sujeitos da EJA são marcados por experiências de exclusão escolar, desigualdades sociais, de gênero, raça e classe, o que exige do poder público, políticas efetivas e cirúrgicas que reconheçam as identidades e seus atravessamentos.

Nesse contexto, a interseccionalidade enquanto categoria analítica e de análise, conforme propõe Crenshaw (1989), revela-se como uma lente analítica para compreender a sobreposição de opressões que impactam nas narrativas, trajetórias e as identidades coletivas e individuais dos sujeitos da EJA. Para a autora supramencionada, tal conceito permite que se evidenciem as formas múltiplas e simultâneas de discriminação, como racismo, machismo, sexismo e desigualdade social, e como estas incidem nos percursos sociais e educacionais.

Assim, o presente trabalho busca refletir sobre a interseccionalidade e as interfaces para a prática docente na EJA, à luz dos teóricos Crenshaw (1989), Gomes (2003, 2017) e Collins (2000).

DESENVOLVIMENTO

A contribuição de Crenshaw (1989) oferece uma base para compreender como os marcadores sociais da diferença se entrelaçam na experiência dos sujeitos e, especialmente, os sujeitos da EJA. Assim, a interseccionalidade, enquanto categoria crítica, permite analisar como desigualdades estruturais atravessam as trajetórias dos jovens e adultos brasileiros e marcam as suas trajetórias dentro e fora da escola.

Para Gomes (2003, 2017), há a necessidade de uma educação antirracista e intercultural, que reconheça a pluralidade cultural e a centralidade da identidade étnico-racial na constituição dos sujeitos. Sua reflexão aponta que, na EJA, os sujeitos da EJA são negros, periféricos, trabalhadores, do campo e trabalhadora, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas, considerando as subversão às marcas e as mais variadas formas de opressões dos sujeito que dela fazem parte.

Neste mesmo prisma, Collins (2000) oxigena a discussão com a noção de matriz de dominação, que evidencia como as opressões de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas estruturam-se em um sistema interdependente. Na EJA, essa compreensão é imprescindível para que o docente possa planejar e tensionar práticas que vão além da dimensão cognitiva, alcançando a realidade vivida pelos estudantes e suas transgressões.

METODOLOGIA

Para tanto, esta pesquisa pauta-se em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, tomando como principais referenciais teóricos os textos de Crenshaw (1989), Gomes (2003, 2017) e Collins (2000), além das discussões dos autores desta pesquisa com vistas Educação e da EJA. Portanto, os conceitos de interseccionalidade e matriz de dominação podem subsidiar e tensionar a prática docente, de forma a promover aprendizagens emancipadoras e subversivas.

DISCUSSÃO

A EJA, historicamente, acolhe sujeitos que vivenciam situações de exclusão múltipla: mulheres que interromperam a escolarização para cuidar da família; homens e mulheres negros que sofreram racismo (institucional, recreativo, científico, ambiental); trabalhadores precarizados que enfrentam longas jornadas. Assim, cabe aos docentes tensionar prática docente, com vistas a uma compreensão interseccional, em oposição a invisibilização dos sujeitos coletivos.

Nesse sentido, a função social e pedagógica do professor na EJA transcende a transmissão de conteúdos. Portanto, um sujeito mediador de processos que precisam reconhecer a historicidade dos sujeitos e suas resistências. A incorporação da interseccionalidade enquanto categoria analítica, possibilita ao educador analisar os obstáculos que perpassam o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo estratégias pedagógicas inclusivas emancipadoras.

Neste sentido, apresentamos no quadro 1, a seguir, a problematização da interseccionalidade, a partir dos teóricos, considerando os questões de raça, classe e gênero e suas conexões com a EJA.

Quadro 1 - Concepções de Interseccionalidade e interfaces com a EJA

Autor(a)	Concepção de Interseccionalidade	Ênfase	Contribuições para a Educação/EJA
Crenshaw (1989)	Introduziu o termo interseccionalidade para explicar como diferentes sistemas de opressão (raça, gênero, classe) se sobrepõem, criando experiências únicas de discriminação.	Justiça social e análise jurídica das desigualdades estruturais.	Ajuda o docente a perceber como estudantes da EJA podem sofrer múltiplas exclusões (ex.: mulher negra, trabalhadora precarizada), exigindo práticas pedagógicas sensíveis a essas sobreposições.
Collins (2000)	Desenvolve a ideia de 'matriz de dominação',	Produção de conhecimento e poder, articulados às	Reforça a valorização dos saberes dos sujeitos da EJA,

	mostrando que opressões (raça, classe, gênero, sexualidade) não atuam isoladamente, mas de forma interdependente.	experiências de mulheres negras.	entendendo a educação como espaço de resistência e produção crítica de conhecimento.
Carla Akotirene (2019)	Sistematiza o conceito para a realidade brasileira, destacando a interseccionalidade como ferramenta analítica e política para compreender desigualdades no Brasil.	Feminismo negro brasileiro e políticas públicas.	Contribui para práticas docentes críticas, que reconheçam a historicidade e as desigualdades estruturais brasileiras, articulando gênero, raça e classe no cotidiano escolar.

Fonte: Os autores (2025).

Ante ao exposto, compreendemos que o constructo teórico da interseccionalidade, a partir das concepções de Crenshaw (1989), constitui como um marco analítico no campo dos estudos sociais e jurídicos, ao elucidar que os sujeitos não experienciam os eixos de desigualdade de modo fragmentado, mas, antes, em um entrecruzamento dinâmico de opressões.

Tal perspectiva é aprofundada por Collins (2000), cuja formulação da matriz de dominação revela a natureza interdependente e mutuamente constitutiva das categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, conformando sistemas de poder que se sustentam e se reproduzem em diferentes esferas sociais. No cenário brasileiro, Akotirene (2019) tensiona o debate ao situar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica e política e de caráter para a leitura crítica das desigualdades históricas e estruturais que configuram a realidade nacional, especialmente no âmbito das relações sociais e educacionais.

E, estabelecendo conexões com a educação, em particular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), verifica-se que o recurso teórico-metodológico da interseccionalidade apresenta-se como chave interpretativa fundamental para a apreensão da realidade sociocultural dos educandos. Esses sujeitos, frequentemente posicionados em múltiplos espaços de exclusão – seja pela racialização, pela condição de gênero, pela inserção precária no mundo do trabalho ou pela localização em territórios periféricos, o que demanda práticas pedagógicas que, mais do que reconhecer, incorporem e valorizem suas experiências enquanto saberes socialmente produzidos.

Assim, as contribuições de Crenshaw (1989), Gomes (2003, 2017) e Collins (2000), além das discussões dos autores deste trabalho, ao produzirem discussões e escritas à luz da EJA subsidiam, visando a ressignificação das práxis docente, permitindo a constituição da escola como espaço contra-hegemônico de resistência, inclusão e emancipação.

CONCLUSÃO

Diante dos pontos apresentados, reconhecemos que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino de possibilidades e desafios, marcada pela diversidade e pela luta por direitos. A perspectiva da interseccionalidade, articulada às contribuições de Crenshaw (1989), Gomes (2003, 2017) e Collins (2000), mostram-se como possível para compreender e intervir nas múltiplas desigualdades que atravessam os sujeitos da EJA e seus marcadores.

Ao assumir uma prática pedagógica interseccional, os professores da EJA caminham para uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e a emancipação dos sujeitos que dela fazem parte.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.